

economia

Agergs autoriza aumento maior do gás natural

Agência reconsiderou revisão tarifária determinada para a Sulgás; novo preço deve vigorar após publicação da resolução

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Um debate que inicialmente parecia ter acabado em novembro do ano passado, quando a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs) havia determinado um reajuste de 7% na margem bruta da Sulgás, distribuidora gaúcha de gás natural, teve um novo capítulo nessa quinta-feira. O órgão regulador analisou pedidos de reconsideração da revisão tarifária, feitos pela companhia (que almejava um incremento maior) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs - que defendia um valor menor), e acabou tendendo para os argumentos da concessionária, o que acarretará uma elevação ainda maior do preço do gás natural.

A recente posição da Agergs, detalha o diretor de Gás Natural da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace Energia), Adrianno Lorenzon, significará um aumento de cerca de 60% da margem da distribuidora, representando R\$ 0,7545 por metro cúbico de gás natural. Ele aponta que esse resultado tornará a Sulgás a concessionária de gás natural com a maior tarifa de distribuição do País. Um dos fatores que fez com que a Agergs admitisse um reajuste maior foi incorporar o imposto de renda de pessoa jurídica como um item que compõem o cálculo da revisão.

Lorenzon adianta que o novo patamar de custos deverá vigorar a partir da publicação da resolução (o que deve ocorrer na próxima semana) e da apresentação da concessionária da estrutura tarifária com base na deliberação. Ele comenta que

desde a privatização da distribuidora, em outubro de 2021, a tarifa praticamente triplicou. “Basicamente, o recado que a Sulgás está dando é: indústria, procure outro insumo para consumir ou então saia do Rio Grande do Sul e vai para outro estado”, critica. Ele adianta que a tendência é de uma redução do consumo do gás natural no Estado.

A margem bruta é a parcela que cobre todos os custos operacionais da concessionária e que remunera seus investimentos.

Lorenzon diz que a Abrace analisará a decisão da Agergs para tentar entrar com um recurso. A Fiergs também se posicionou, através de nota. Conforme a entidade, desde a primeira revisão tarifária após a privatização da Sulgás, as margens que remuneram o serviço de distribuição têm alcançado valores maiores. “Os valores estão impondo ao Rio Grande do Sul uma das tarifas de distribuição mais ca-



TÂNIA MEINERZ/JC

Setor industrial reclama da elevação da margem da distribuidora, de 60%

ras do País”, reitera a entidade.

A Fiergs enfatiza ainda que, além de revisar e modernizar cláusulas do contrato de concessão, como a exclusão do imposto de renda do cálculo da tarifa, é necessário delimitar os investimentos, que passam pela autorização do poder concedente, ao volume de gás disponível.

Na primeira edição do INDX, encontro que promove diálogo estratégico entre empresários, autoridades e especialistas, nesta terça-feira, a Fiergs entregou ao governador Eduardo Leite 16 reivindicações, entre as quais, o pedido de análise da revisão tarifária da concessionária de gás natural.

Empresa defende cumprimento do contrato de concessão

Também em nota, a Sulgás se manifestou sobre a posição do órgão regulador, ressaltando que, “depois de 11 meses de atraso, a revisão tarifária de 2024 foi concluída pela Agergs nesta quinta-feira, com a análise final do pedido de reconsideração encaminhado pela Sulgás.

A companhia sustenta, desde o início do processo, a importância do respeito ao contrato de concessão em nome da segurança jurídica e regulatória não só do setor do

gás natural, mas de todo o setor de infraestrutura do Estado”.

Além disso, a companhia “saúda o avanço parcial do entendimento da agência, mas lamenta que ainda dois pontos (cálculo do ajuste e conversões) tenham ficado sem o devido reconhecimento, com reflexos diretos na sustentabilidade do negócio. Diante disso, a companhia aguarda manifestação do poder concedente (governo do Estado), que é o guardião do contrato, para a elaboração do melhor plano

de investimento 2025, sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Estado”.

A distribuidora enfatiza que vem cumprindo rigorosamente os planos de expansão aprovados anualmente pelo governo do Rio Grande do Sul, ampliando investimentos, promovendo o crescimento da rede e levando os benefícios do gás natural a cada vez mais clientes. De acordo com a companhia, somente no ano passado foram R\$ 100 milhões investidos,

contra R\$ 46 milhões do período pré-privatização, com a conquista do marco de 100 mil clientes. “Isso significa desenvolvimento para o Estado, por meio do fortalecimento da segurança energética, com sustentabilidade”, conclui a empresa.

Já o diretor econômico-regulatório da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Marcos Lopomo, considera que, após o pedido de reconsideração, algumas das questões mais relevantes finalmen-

te foram ajustadas, em consonância com o contrato de concessão.

“Evitando um indesejado retrocesso no desenvolvimento e segurança energética do Rio Grande do Sul”, frisa o dirigente.

Ele acrescenta que a recente decisão recoloca o Estado em um ambiente de negócios de confiança. Lopomo resalta que decisões regulatórias em qualquer região da federação podem afetar a segurança jurídica do setor de infraestrutura nacional como um todo.

Quer ter acesso a informações confiáveis sobre veículos e proprietários?

Com a Consulta Veicular, você faz transações mais assertivas e garantidas com todo e qualquer tipo de negócio.



Ideal para: imobiliárias, construtoras, universidades, revenda de automóveis e mais!

Consulta VEICULAR



Tenha acesso ao serviço mais completo



CDL POA